

**SOBRE CARÁTER E PERSONALIDADE:  
AS ANTROPOLOGIAS DE FROMM, HORKHEIMER  
E ADORNO NOS ANOS 1930 E 1940**

**[ON CHARACTER AND PERSONALITY:  
ANTHROPOLOGIES BY FROMM, HORKHEIMER  
AND ADORNO IN THE 30'S AND 40'S]**

**Virginia Helena Ferreira da Costa**

Doutoranda na Universidade de São Paulo  
Bolsista CNPq

DOI: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2018v25n47ID13271>

Natal, v. 25, n. 47  
Maio-Ago. 2018, p. 87-119

**Princípios**  
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



**Resumo:** O artigo pretende comparar noções de caráter e personalidade presentes em textos de Fromm, Horkheimer e Adorno de 1930 e 1940. A comparação tem como norte o delineamento de diferentes concepções de antropologia baseadas em duas leituras da teoria freudiana. De um lado, temos a teoria da falência da família como mediadora entre indivíduo e sociedade, formando um caráter “coeso” e socialmente adaptado por influência direta de instituições sociais. Neste âmbito, é enfatizada a teoria freudiana do desenvolvimento das fases sexuais individuais e a denúncia de Freud enquanto um “idealista” por não levar em consideração as determinações sociais. De outro lado, vemos uma antropologia mediada pela mercadoria, levando a uma centralidade crítica da reificação como denúncia de contradições sociais que são refletidas em conflitos psíquicos, formando uma personalidade também contraditória. Em relação a Freud, esta última antropologia enfatiza o inconsciente, pulsões e sexualidade, além da assunção de aspectos mais “pessimistas” de sua psicanálise. Para tanto, utilizamos, dentre outros, os *Studien über Autorität und Familie* e *The Authoritarian Personality*.

**Palavras-chave:** Antropologia; Caráter; Personalidade; Freud; Sociedade; Indivíduo.

**Abstract:** The article intends to compare the notions of character and personality on Fromm, Horkheimer and Adorno's texts from 30's and 40's. The comparison is guided by the design of different conceptions of Anthropology based on two Freudian readings. On one side, we have the theory of the ruin of the family as a mediator between individual and society, forming a “cohesive” and socially adapted character by direct influence of social institutions. In this scope, Freud's theory of the development of the individual sexual phases is emphasized, as well as the denunciation that makes Freud an "idealist" for not taking social determinants into account. In contrast, one can formulate an Anthropology mediated by the commodity, leading to a critical centrality of reification as denunciation of social contradictions that are reflected in psychic conflicts, forming a personality also contradictory. In relation to Freud, the latter Anthropology emphasizes the unconscious, drives and sexuality, as well as the assumption of Freud's more “pessimistic” aspects. Therefore, we use, among others, the *Studien über Autorität und Familie* and *The Authoritarian Personality*.

**Keywords:** Anthropology; Character; Personality; Freud; Society; Individual.

O presente artigo tem por intuito desenvolver uma comparação entre noções de caráter e personalidade baseada em uma distinção de diferentes concepções de antropologia concebidas a partir de textos de Fromm, Horkheimer e Adorno de 1930 e 1940.

Para tanto, pretendemos elaborar uma série de reconstituições teóricas – restritas ao nosso objetivo maior em torno do debate antropológico – que tratam de três das diversas “fases” de posicionamentos teóricos de Fromm, desde seus textos de 1932, passando por seu ensaio que compõe os *Studien über Autorität und Familie* (ou *Studien* daqui em diante), além de sua posição mais “revisionista” assumida no fim da década de 1930 e início de 1940. Além disso, exporemos a aproximação e o subsequente distanciamento teórico de Horkheimer em relação a Fromm. O marco de tal distanciamento pode ser entendido como a influência teórica de Adorno, há muito discutida pelos comentadores, mas aqui exposta em termos mais estritos relativos ao resgate de conceitos ditos “pessimistas” de Freud, além da relevância da sexualidade, do inconsciente e das pulsões na formulação antropológica.

Os posicionamentos de Horkheimer nos anos 1940 e de Adorno sobre a teoria freudiana irão compor, a nosso ver, a elaboração não só de uma outra concepção de personalidade e caráter, mas também a teoria de uma “nova espécie antropológica” tal qual aparece exposta em *The Authoritarian Personality* (ou *TAP* daqui em diante). Contudo, isso não impede que algumas das formulações dos *Studien* sejam centrais para a composição de *TAP* – o que problematiza tanto a relação entre ambas as obras, quanto torna mais imperativo o delineamento do tema antropológico das concepções de caráter e personalidade proposto aqui.

Com isso, vemos que a influência socioeconômica sobre a psique deixa de ser verificada por formações excessivamente racionais do indivíduo, como em Fromm. Adorno também desvia de uma concepção “totalizante” e harmoniosa da psique humana, retornado a uma visão mais fragmentada, danificada e conflituosa da constituição pulsional, de modo a exhibir como as contradições

psíquicas seriam uma verdadeira denúncia das contradições sociais. Assim, ao invés de recusar por completo a noção de caráter e, com ela, uma concepção correlata de personalidade, Adorno decide por forjar o seu próprio conceito de caráter como um “sistema de cicatrizes” impostas ao indivíduo por uma sociedade “traumática”.

Não esqueçamos, contudo, que uma nova teoria antropológica não poderia ter sido pensada sem uma reconfiguração conceitual da relação entre indivíduo e sociedade, que passa a ter como elemento mediador não mais a família, mas a mercadoria. O que leva a uma noção de influência social mais indireta, inconsciente e reificada sobre o indivíduo do que a uma descrição coesa, “direta” e racional, tal qual exposta por Fromm.

Assim, é nossa pretensão afirmar que o conceito de “personalidade autoritária”, inaugurado em 1936 e reformulado em 1950, denuncia uma preocupação do Instituto desde a sua primeira década sob direção de Horkheimer, mas cujo tema será revisitado e modificado sob influência adorniana na década de 1940.

### **Fromm e Horkheimer nos *Studien über Autorität und Familie* e em obras próximas**

Tendo sido publicados em Paris, pela Félix Alcan em 1936, os *Studien* têm seus resultados parciais baseados em pesquisas empíricas. Além de um relatório destas, o livro conta ainda com três ensaios teóricos escritos por Horkheimer, Fromm e Marcuse – dos quais nos deteremos apenas nos redigidos pelos dois primeiros.

A *Sozialpsychologischer Teil* (*Seção de psicologia social*) escrita por Fromm nos *Studien* mantém uma relação ambivalente com a psicanálise, uma vez que seu distanciamento diante da teoria freudiana seria apenas parcial, agravando-se inclusive em textos posteriores a 1936, como ainda veremos. Fromm apoiou-se sobre a teoria do supereu e da psicologia das massas para o desenvolvimento da relação entre indivíduo e autoridade, mas o fez com algumas reservas e modificações na teoria freudiana. Pois Freud

era lido por Fromm como um autor que baseava sua teoria pulsional somente na história pessoal e biológica do indivíduo, deixando de lado fatores socioeconômicos que também afetariam a relação com a autoridade.

É em resposta a tal crítica a Freud que Fromm traça a sua caracterologia nos *Studien*. Mas, antes, façamos uma pequena retrospectiva da noção de caráter em Fromm. De modo geral, este conceito é central na teoria frommiana, por mais que tenha ganhado diferentes formulações ao longo do percurso teórico do autor. Em seu texto de 1932, por exemplo, intitulado *Caracterologia Psicanalítica e sua Relevância para a Pesquisa Social*, Fromm ainda se posicionava próximo de Freud ao relacionar o conceito de caráter às etapas do desenvolvimento sexual infantil (fases oral, anal e genital, “apoiadas” nas zonas erógenas), estabelecendo um caráter específico para cada conjunto de traços desenhados segundo reações pulsionais.

O que Fromm procura em sua caracterologia são principalmente padrões de interação do indivíduo com objetos pulsionais, estes últimos que podem ser partes de si mesmo ou a alteridade. Nosso interesse se desloca para a etapa anal e seu respectivo caráter que apresenta afinidades com o comportamento dos sujeitos no capitalismo. O caráter anal seria aquele que privaria o indivíduo de satisfação, principalmente a genital, sendo altamente controlador e conservador, características ligadas à posse – de fezes, dinheiro ou qualquer coisa ou pessoa que lhe seja preciosa. É avesso a modificações e progressos, sendo caracterizado como ordenado e organizado segundo uma regulação própria. Por isso, a alteridade é vista enquanto intrusa em seu âmbito privado, este cheio de rituais e normas pessoais que lembram a obsessão. São algumas as afinidades do caráter anal com características da burguesia capitalista, sendo as principais:

- 1) restrição do papel do prazer como um fim em si (especialmente o prazer sexual); 2) renúncia ao amor, substituído pela ênfase sobre o arrecadar, possuir e poupar como fins em si mesmos; 3) cumprimento

dos deveres pessoais como valor supremo; 4) exaltação da “ordem” e exclusão da compaixão pelo próximo. (Fromm, 1971, p. 184-185)

Contudo, a caracterologia produzida nos *Studien* em 1936 retrata um distanciamento parcial de Fromm em relação à teoria freudiana, uma vez que sua tipificação não seria mais descrita com ênfase nas etapas do desenvolvimento sexual individual. Por mais que Fromm utilize diversos conceitos primordiais da teoria freudiana, nos *Studien* vemos a gênese do caráter baseada primordialmente nas determinações socioeconômicas sobre o desenvolvimento individual, dando primazia às relações interpessoais regidas pela influência social e não à sexualidade.

É no interior de tal panorama conceitual que Fromm elabora sua caracterologia nos *Studien* segundo três tipos: o autoritário, o revolucionário e o ambivalente. Focando em nosso interesse, o tipo de “personalidade autoritária” foi tratado por Fromm como correlato do caráter sadomasoquista, uma vez que, enxergando o mundo segundo as concepções de hierarquia e dependência, esforça-se para obedecer aos de cima e ordenar aos de baixo. Se o traço sádico do tipo autoritário se faz compreender de modo mais evidente, “os prazeres da inferioridade [masoquista] decorriam, negativamente, de ela libertar o indivíduo da angústia, e, positivamente, de seu sentimento de participar do poder.” (Jay, 2008, p. 179) Inversamente ao tipo autoritário, vemos a caracterização do tipo revolucionário: “indivíduos que teriam conflitos com toda sociedade, seja autoritária ou não.” (Wheatland, 2009, p. 69)<sup>1</sup>

Mas, é posteriormente que o rompimento de Fromm com a teoria freudiana e seu acordo com o revisionismo se fazem de modo mais notório, o que pode ser avaliado pela leitura de *Escape from freedom* (1941). Podemos dizer, de modo resumido, que essa obra

---

<sup>1</sup> Todas as citações cujas edições versam em língua estrangeira são de tradução própria ao português.

[...] é um questionamento sobre o sentimento de angústia [já tematizada em escritos anteriores do autor] suscitado pela liberdade, suas causas sociais nas sociedades contemporâneas de concorrência e de liberdade, e suas respostas individuais e coletivas, psíquicas e sociais. [...] Fromm sublinha sobretudo seu acordo com Karen Horney e Harry Stack Sullivan.<sup>2</sup> (Genel, 2017, p. 271-272)

Insistindo em uma visão que faz de Freud um teórico alinhado com os valores burgueses ao pensar sujeitos como mônadas, em *Escape* Fromm procede com a negação do ranço freudiano de sua teoria precedente que fundamentava os tipos de caráter por etapas de desenvolvimento sexual. Além disso, em sua nova fase teórica as concepções de sexualidade, inconsciente e pulsões – inegavelmente as noções mais radicais de Freud – foram substituídas por explicações sociais e morais do campo intersubjetivo<sup>3</sup>. Nesse sen-

---

<sup>2</sup> É importante salientar que Fromm e os revisionistas não foram os pioneiros na ênfase ao conceito de caráter – e toda uma psicologia defensiva do eu – em lugar da teoria freudiana da libido. Nomes como Adler, Jung, Otto Rank e Ferenczi figuram como os primeiros contraditores do “pai da psicanálise”. Dentre eles, vale ressaltar o primeiro freudo-marxista Wilhelm Reich, que fincou seu nome dentre as principais figuras que desenvolveram a teoria do caráter – sem proceder, contudo, a uma separação da concepção de caráter de uma teoria da libido, tal como Freud mesmo a concebia. É por isso que o grupo de revisionistas são considerados tão apartados da teoria freudiana: afinal, nem mesmo a *ego psychology* de Anna Freud chegou ao ponto de romper com o primado da sexualidade. (Cf. Freitas, 2016)

<sup>3</sup> Não que em Freud não houvesse uma consideração importante sobre a sociabilidade humana e as condições culturais, mas tais desenvolvimentos do pai da psicanálise foram desprezados por Fromm, que apenas se apegara a uma leitura “biologizante” da teoria do vienense: “[...] em Freud há uma defesa tanto da cultura como uma inextricável força formadora do sujeito, como também deste que, tendo de suportar as dores da vida em sociedade, assume as renúncias impostas pelo contrato social. Adorno denomina isso de caráter bifronte da psicanálise. A psicanálise, como o deus romano Janus, teria então duas faces, podendo fitar duas direções opostas simultaneamente; ela defende posições dificilmente sustentadas pelo mesmo sujeito. Há, portanto, uma certa ambiguidade em relação a qual partido privilegiar: a cultura ou o indivíduo. Os revisionistas, insistamos, decidem e trabalham pelo primeiro. Mas, curiosamente, atribuem a Freud a posição repressiva e podem, dessa forma, apre-

tido, a etiologia de psicopatologias como a neurose não passaria, ao ver de Fromm em 1941, de expressão de problemas derivados de interações humanas, ou mais precisamente, de bloqueios no desenvolvimento individual diante das exigências sociais.

Além disso, principalmente nesta última fase de sua teoria retratada aqui, Fromm acentuou seu repúdio ao tom pessimista pelo qual Freud interpretava os seres humanos interagindo em sociedade, dada a importância fornecida pelo vienense ao conceito de pulsão de morte. É assim que a teoria frommiana rejeita todo traço de negatividade freudiana, calcando-se em um otimismo excessivo percebido em muitos sentidos. Afinal, em Fromm não é esboçada nenhuma crítica social, de um lado, e nem um diagnóstico inerente à “natureza humana”, de outro – como Freud o faz com sua descrição de um núcleo psíquico conflituoso explicado pela dualidade pulsional. O que haveria para aquele seriam distúrbios na interação entre indivíduo e sociedade, de modo que problemas psicológicos seriam resultados somente de problemas intersubjetivos provenientes de entraves na adaptação humana às exigências externas. É nesse sentido que a sublimação (exaltada justamente por seu caráter de desvio da meta sexual) é concebida como uma espécie de “resolução” para fins de adaptação do indivíduo à sociedade – como se os desenvolvimentos racionais e culturais ligados à sublimação só produzissem conteúdos coerentes com a coerção social sobre o indivíduo, nunca críticos à sociedade.

Paralelamente, em consonância com a primeira fase da teoria frommiana aqui debatida, desde que assumiu como diretor do Instituto, Horkheimer procurou explicar como, apesar de haver condições sociais para a emancipação da classe trabalhadora, tal fato não ocorreu. É na consideração deste objetivo de pesquisa que a psicanálise será mobilizada no esquema interdisciplinar desenhado por Horkheimer visando compreender como as ideologias

---

sentar-se como aqueles que buscam a ‘espontaneidade.’” (Freitas, 2016, p. 84-85).



que expressam os interesses econômicos dominantes são reproduzidas pelos indivíduos que compõem as classes subordinadas. Desta forma, a influência de ditames sociais sobre destinos pessoais será concebida enquanto um tipo

[...] de teoria do conhecimento [...] visando mostrar a atividade do sujeito na percepção e cognição. [...] O discurso de inauguração de Horkheimer em 1930 enfatizava a importância dos “intermediários psíquicos” no questionamento sobre a sociedade, conferindo um certo primado à sociopsicologia e tornando essencial a contribuição de Fromm. [...] O aparelho psíquico, condicionado economicamente em seu conteúdo e na intensidade de suas modificações, é um fator de perpetuação das relações de dominação. (Genel, 2010, p. 4)

Além disso, Horkheimer, tanto em *História e psicologia* (1932) quanto em *Notas sobre Antropologia Filosófica* (1935) e *Egoísmo e movimento de libertação: sobre a antropologia da época burguesa* (1936), também segue Fromm na ênfase da noção de caráter e nas críticas feitas à teoria freudiana quanto a supostos posicionamentos a-históricos deste. Especificamente neste último texto de Horkheimer, o debate em torno de uma antropologia claramente histórica – relativa à “época burguesa”, ou seja, a um momento e classe social particulares – ataca incisivamente a noção freudiana de pulsão de morte que designaria, na leitura de Horkheimer da década de 1930, a dominação como característica imutável e universal dos seres humanos. O importante seria, na visão do frankfurtiano, ressaltar como a natureza humana seria influenciada e modificada por determinação das condições histórico-sociais e culturais, sendo possível inclusive designar uma antropologia específica para um determinado grupo social.

É nesse sentido que Horkheimer desenvolve a sua contribuição na “Sessão geral” dos *Studien*. Dentre seus principais argumentos, encontramos a dupla função contraditória da autoridade, a saber, a de possibilitar, de um lado, o desenvolvimento de faculdades humanas relacionadas à experiência formativa, uma vez que a

autoridade pode agir no interesse de seus subordinados. Tal situação também se aplica à autoridade familiar que socializa indivíduos por meio de uma “boa educação”, mesmo que isso traga renúncias aos seus dependentes. Assim, a “autoridade enquanto dependência aceita pode implicar uma relação que favorece o progresso, estando no interesse de todas as partes e favorecendo o desenvolvimento dos poderes humanos.” (Horkheimer, 1982, p. 70) No entanto, por outro lado, a autoridade pode também contribuir para a inércia psíquica de seus subjugados, o que leva à “continuação de condições de vida constrangedoras e indignas” (Horkheimer, 1982, p. 71). Isso ocorre quando há interesses egoístas e exploratórios na relação entre autoridade e dependentes, o que leva a uma regressão na procura por felicidade e no desenvolvimento da autonomia daqueles orientados pela autoridade.

Tal noção da autoridade familiar é, em conformidade com seus escritos anteriores, concebida historicamente nos *Studien*. Para tanto, Horkheimer parte de uma das ideias mais fundamentais da primeira geração da Teoria Crítica, a saber, a de que a família, assim como as demais esferas da cultura, segue os condicionantes socioeconômicos nos quais se vê inserida. Especificamente, na passagem do capitalismo liberal ao monopolista, foi modificado o papel da família e, com ela, da autoridade familiar, bem como a formação de indivíduos por meio desta instituição. Com o fim da competição individual no mercado liberal, a organização social e leis econômicas tornaram-se princípios estranhos aos indivíduos, frente aos quais estes, em situação de “desamparo”, devem somente se adaptar. Dentre as consequências diante da mudança da instituição familiar na época do capitalismo monopolista, podemos dizer que a autoridade patriarcal familiar se vê agora obrigada a adaptar-se a um destino incontrolável e incompreensível, perdendo seu papel ativo na sociedade. Nesse sentido, “os homens no poder deixaram de agir como representantes da autoridade celestial e terrestre e conseqüentemente se tornaram meras funções das leis inerentes ao seu poder.” (Horkheimer, 1982, p. 82)

Com tal declínio, o poder de autoridade teria passado do pai para figuras e instituições sociais externas à família – como organizações políticas, educação escolar, figuras midiáticas. Assim, a posição mediadora entre os indivíduos em formação e os determinantes sociais exercida anteriormente pela família perde força, não mais havendo, com isso, a possibilidade de um desenvolvimento crítico e autônomo de indivíduos frente às figuras e instituições sociais. Em outras palavras, a autoridade familiar passou a não mais formar indivíduos conforme a sua anterior função progressista, estabelecendo exclusivamente a conduta regressiva e adaptativa a seus subordinados. A formação orientada somente para a obediência e submissão à autoridade e não para a autonomia tornou-se a função exclusiva da família na socialização de indivíduos. Autoridade esta que, em nível social mais amplo que a família, mostra ser uma cultura reificada, despersonalizada, como facticidade econômica incompreensível e irracional.

Horkheimer emprega, em consonância com o ensaio de Fromm na mesma obra, a inclinação ou impulso masoquista para descrever os indivíduos socializados no contexto do capitalismo monopolista. Como bem resume Dews (1995, p. 221),

O resultado dessa identificação direta com o poder social é a disseminação do tipo de personalidade narcísica maleável, no qual faltam aquelas capacidades internas de autodirecionamento que amortecem a já proporcionada autoridade paterna, sendo ostensivamente bem adaptado, mas interiormente frio e sem emoção, inclinado à adoração do poder e submissão masoquista.

Como veremos adiante, a formação para a obediência à autoridade diretamente social (sem mediação da família) culminará “na criação de um tipo de ‘personalidade autoritária’, mais sutil e resistente à mudança do que qualquer outra nas sociedades pré-modernas” (Jay 2008, p. 178), o que levará o Instituto posteriormente a voltar-se ao estudo sobre a Indústria Cultural – que socializa indivíduos –, ao interesse pela recepção de ideologias

através de uma racionalidade ao mesmo tempo esclarecida e mítica e à formulação de *TAP* que relaciona intimamente os conceitos de personalidade e ideologia.

### **Horkheimer, Adorno e a virada antropológica nos anos 1940**

A leitura que Horkheimer fazia da psicanálise freudiana até os anos 1930 apresentará profundas modificações sob a influência de Adorno. Singularmente em *Razão e autoconservação* (1941/1942),

ele começa a considerar que a ancoragem histórica da teoria de Freud na época burguesa não é um obstáculo à sua validade: “é justamente a decadência da família burguesa que permitiu à teoria de [Freud] chegar a este novo estágio que aparece em ‘Além do Princípio do Prazer’ e nos escritos que o seguem”. [...] Refletindo sobre o declínio histórico da família, Freud compreendeu com isso algo de “objetivamente” verdadeiro. Horkheimer quase antecipa as fórmulas paradoxais que Adorno terá em relação a Freud, que “tinha razão onde ele não tinha razão”. (Genel, 2017, p. 270)

Como decorrência, o lugar e a função da psicanálise dentro do espectro metodológico do Instituto irão se modificar a partir de 1940. A teoria freudiana deixará de ocupar um papel de complementação a um problema proveniente da economia política, passando a ter uma posição tão importante quanto à leitura de Marx no Instituto. Assistimos, então, a um “deslocamento epistemológico: a psicanálise não é mais um simples complemento da teoria da sociedade, mas se torna uma abordagem crítica por si só.” (Genel, 2010, p. 3)

Isso não impede, no entanto, que elementos da teoria frommiana continuem presentes na próxima etapa das pesquisas do Instituto nos anos 1940, inclusive em trabalhos de Adorno. Além da premissa da influência social sobre os indivíduos, noções como caráter, família, a descrição das perversões relacionadas ao autoritarismo, além da ideia de um eu fraco e o emprego da noção de supereu na explicação do autoritarismo, entre outros, ainda se

farão presentes. Contudo, estas concepções serão retomadas mediante um tipo de “retorno a Freud”, isto é, reconsiderando as noções de pulsão, sexualidade e inconsciente, além da aceitação do pessimismo e negatividade freudianos na leitura das interações humanas em sociedade.

Passemos a Adorno. Apesar deste nunca ter tratado a fundo as obras frommianas – associando suas críticas a Fromm aos posicionamentos contra os revisionistas –, ele foi o primeiro membro do Instituto a apontar diretamente os problemas presentes na teoria frommiana. Ao fazê-lo, o filósofo não nega a dificuldade em lidar com os ditos “traços despóticos do pensamento freudiano”. Contudo, para Adorno, a melhor forma de lidar com os problemas da teoria freudiana não seria pelo nivelamento ou suavização de seus “exageros” que refletem a sua radicalidade teórica. É nesse sentido que Adorno critica a “disposição de pulsões prévia e rigidamente dadas” (Adorno, 2004, p. 21) na leitura dos revisionistas sobre o caráter, em oposição à descrição de Freud das pulsões enquanto uma plasticidade altamente flexível, necessária para abarcar uma explicação dos conflitos psíquicos. Para tanto, lembremos que, ainda em 1932, por mais que Fromm nos alerte contra uma falsa homogeneidade do caráter, vemos que este conceito é descrito por ele conforme uma estrutura estável, possuindo “certa inércia”, adaptado ao contexto socioeconômico a partir de “prêmios sociais” e gratificações, sendo vinculado a uma noção progressista de desenvolvimento individual.

Para Adorno, nas mãos dos revisionistas,

[...] a teoria freudiana se converte em um meio a mais para integrar comoções mentais ao *status quo* social. [...] Esta ficção é cada vez mais ideologia onipresente de um mundo que toma por completo o indivíduo em uma organização sem fissuras, mas que, no entanto, não deixa de ser menos forçada e irracional. (Adorno, 2004, p. 38)

Baseando seus desenvolvimentos teóricos na noção de progresso travestida de apologia da maturidade psíquica – progresso tão

criticado por Benjamin, Horkheimer e Adorno –, a concepção de caráter de Fromm e dos revisionistas seria “totalizante” ao enfatizar as harmoniosas articulações internas de uma unidade psíquica – unidade que Freud tratou de descrever como fragmentada. Na visão de Adorno, por outro lado, encobrir as contradições psíquicas seria equivalente a encobrir também as contradições sociais que influenciam a formação do caráter.

Adorno nos lembra da radicalidade da teoria freudiana justamente por ela retratar a condição dos seres humanos “atomizados” diante das imposições socioeconômicas. Se “Freud tinha razão onde ele não tinha razão”, é porque a raiz de tal visão ideológica do ser humano não se encontra no domínio da psique, mas consiste em um problema social registrado pela psicanálise. Inclusive, é justamente ao enfatizar o extremo individual, com seus destinos e organizações da economia pulsional, que uma crítica social pode ser feita. Tal crítica adorniana à “sociologização da psicanálise” feita por Fromm é produzida juntamente com a denúncia da diminuição do poder crítico da teoria psicanalítica deste, sendo possível averiguar a absorção de noções freudianas pelo senso comum, descrição de uma adaptação metodológica e conceitual à cotidianidade do status quo. Assim, Fromm, ao não separar indivíduo e sociedade, inviabiliza a produção de uma crítica dialética.

Os antagonismos sociais não podem, então, ser aplainados, mas admitidos, vividos na experiência humana. Isso significa aceitar o sofrimento que os conflitos causam, assumindo a condição de uma vida danificada por uma totalidade falsa. Assim, a leitura pessimista de Freud seria o modelo da antropologia na sociedade capitalista ocidental, antropologia esta que deverá se transformar, para fins de emancipação, em uma antropologia dialética, ou ainda, antropologia negativa – tal qual pode ser delineada por uma relação entre as obras *Dialética do Esclarecimento* e *Dialética Negativa*. Como bem resume Jay sobre o posicionamento de Adorno,

Não foi à toa que um pessimismo maior quanto à possibilidade de revolução caminhou de mãos dadas com o reconhecimento crescente da importância de Freud. Em uma sociedade em que as contradições sociais pareciam intransponíveis, mas, paradoxalmente, vinham-se tornando mais obscuras, as antinomias do pensamento freudiano pareciam ser um baluarte necessário contra as ilusões harmonizadoras dos revisionistas. Não só o pensamento de Freud: também os seus aspectos mais extremos e escandalosos eram os mais úteis. (Jay, 2008, p. 154.)

Tal assunção dos antagonismos sociais e conflitos psíquicos feita por Adorno pode ser exemplificada pela noção de angústia. Tanto o revisionismo de Fromm quanto Horkheimer e Adorno em *Dialética do Esclarecimento* dão ênfase ao conceito freudiano de angústia em suas análises. Onde, então, podemos encontrar suas proximidades e diferenciações? Pensemos que o revisionismo de Fromm acerta ao descrever o ser humano da sociedade capitalista enquanto tomado pela angústia defensiva do eu, que tenta se ver livre do jugo instável de suas pulsões (natureza interna) para fins de segurança egoica. Um retrato similar a esse é produzido na obra de Horkheimer e Adorno. Contudo, apenas uma análise assexual da angústia – sentimento que, segundo o revisionismo, é um resultado da interação indivíduo-sociedade – acaba tornando-se vazia, meramente descritiva, adaptativa, acrítica e, inclusive, excessivamente racional. Já Horkheimer e Adorno recusam a leitura segundo a qual a angústia teria uma gênese meramente existencial, mantendo a explicação freudiana de que este afeto conta com uma origem inconsciente baseada no conflito pulsional, segundo o desenvolvimento da libido sob influência das exigências sociais. Tal diferenciação torna-se crítica justamente por denunciar, no interior mesmo da dinâmica pulsional, as condições sociais de alienação e reificação. Ao persistir, então, na concepção de que psicanálise e teoria social são campos de conhecimento com especificidades próprias é que podemos chegar a uma possibilidade dialética.

Sob tal tema, Jay nos traz um memorando de 1944 escrito por Adorno que pode ser lido, a nosso ver, como um conjunto de posi-

cionamentos relativos à interação entre psicanálise e teoria social que guiarão a concepção geral da relação entre indivíduo-sociedade nos anos 1940 – inclusive de *TAP*.

a) Não chamamos de psicológica a influência dos fatores socioeconômicos, já que eles se dão em um nível mais ou menos racional. Eles mais são ideias motivadoras do que forças psicológicas compulsórias. b) O termo “psicológico” deve ser reservado para os traços que são *prima facie* irracionais. Essa dicotomia significa que não aprovamos uma abordagem sociopsicológica à maneira de Fromm, mas pensamos, antes, em termos de motivações racionais e irracionais, que é essencial manter separadas. c) Isso significa, metodologicamente, que nossas análises psicológicas levam-nos tão mais a fundo no sentido social quanto mais se abstêm de qualquer referência a fatores socioeconômicos óbvios e racionais e que descobriremos o elemento social bem no fundo das categorias psicológicas, mas não pela introdução prematura de causalidades econômicas e sociológicas superficiais ali onde temos de lidar com o inconsciente, que se relaciona com a sociedade de maneira muito mais indireta e complexa. (Adorno *apud* Jay, 2008, p. 292-293)

Nesse sentido, ao invés de recusar por completo a noção de caráter e, com ela, a concepção correlata de personalidade, Adorno decide forjar um novo significado para o conceito de caráter como um “sistema de cicatrizes” não unitário e incompleto, designando marcas impostas ao indivíduo por uma sociedade “traumática”:

Uma totalidade do caráter, ao modo em que a pressupõem os revisionistas como dada, é um ideal que só resultaria realizável em uma sociedade não traumática. [...] Sua totalidade é fictícia: quase poder-se-ia denominá-lo um sistema de cicatrizes que só se integram padecendo e jamais de um modo completo. A agregação dessas cicatrizes é propriamente a forma na qual a sociedade se impõe ao indivíduo, não essa continuidade histórica, em favor da qual prescindem os revisionistas da chocante estrutura da experiência individual. (Adorno, 2004, p. 23)

É-nos apresentada por Adorno uma noção de caráter que enfatiza tanto o antagonismo proveniente da relação entre indivíduo e sociedade, quanto os conflitos e contradições internas a cada um



desses domínios. É assim que a psicanálise freudiana, bem como a vida mutilada que ela retrata, torna-se uma arma crítica que complexifica tanto a noção de dominação quanto a de emancipação:

Os teóricos críticos de Frankfurt, notadamente Adorno e Horkheimer, tomam em consideração este núcleo antropológico negativo trazido pela psicanálise, o que lhes permite pensar a emancipação de uma outra forma, a partir do caráter constitutivo de sua ligação com a dominação. (Genel, 2014, p. 2)

Tal visão adorniana sobre a relação entre teoria social e psicanálise pode ser ainda complementada, para os propósitos deste artigo, por alguns posicionamentos de Horkheimer ainda não debatidos. Um dos temas que seus textos de 1940 resgatam de sua produção da década anterior é a ideia de desintegração do indivíduo, que se adapta à sociedade, trocando a formação da autonomia pela mera permanência na heteronomia, tal qual exposto em nosso comentário sobre os *Studien*. Mas, algo mais pode ser adicionado: para Horkheimer, a construção da autonomia humana necessitaria de mediações entre indivíduo e sociedade, mediações tais produzidas por certa noção de racionalidade que a família mobilizava. Esta racionalidade será denominada, nos anos 1940, razão objetiva, isto é, aquela que determina fins de ações humanas levando em consideração a objetividade do mundo. É assim que a totalidade social, para ser compreendida e pensada, é concebida por um sujeito crítico, autônomo, guiado pela razão objetiva. Oposição produzida pela razão subjetiva<sup>4</sup>, que “serve ao interesse do sujeito quanto à autopreservação” (Horkheimer, 2002, p. 10) – promovendo, portando, o ajustamento e a adaptação social. O enfraquecimento da racionalidade objetiva leva à adaptação justamente porque não há a produção de um movimento reflexivo entre

---

<sup>4</sup> É importante ressaltarmos como Adorno não segue a duplicidade da razão defendida por Horkheimer nos anos 1940, mas sim a perspectiva de transformação dialética de uma razão única, de sua condição “instrumental” à emancipada.

posicionamentos divergentes que uma mediação saudável permitiria, não sendo produzidas sínteses nem pensamentos críticos.

Mais do que isso, a adaptação do indivíduo à sociedade não ocorreria de forma uníssona, mas produziria duplicidades na cognição humana – duplicidades tais que refletem a própria condição da sociedade capitalista. Nesse sentido, tanto em 1930 quanto em 1940, Horkheimer nos fala do distanciamento entre a realidade capitalista e a moralidade burguesa. Considerando as exigências de ações humanas para a sobrevivência no capitalismo, vê-se que o egoísmo e a crueldade humanos são mobilizados na designação de um comportamento econômico voltado para a obediência à autoridade e o desejo de aniquilar o outro. É assim que “a frieza e a alienação são os resultados diretos desta estrutura básica da época: nada na essência do burguês individual se opõe à repressão e aniquilação de seus semelhantes.” (Horkheimer, 1993a, p. 96)

Ao mesmo tempo, entretanto, a moralidade burguesa prega a recusa do egoísmo enquanto princípio de justiça social voltado à fraternidade humana, além da liberdade como fim de todos os seres humanos pretensamente iguais. Vê-se facilmente que “a disposição peculiar de grupos socialmente importantes da burguesia estavam em contradição com sua própria moralidade.” (Horkheimer, 1993a, p. 60) Notamos, então, a dualidade de um tipo antropológico cuja “visão moralista de homem contém um princípio racional, embora sob forma mistificada, idealista.” (Horkheimer, 1993a, p. 54) Os princípios morais e racionais voltados aos fins da totalidade social aparecem como meramente formais, “idealísticos”, sem vínculo com a realidade material.

É assim que já vislumbramos no Horkheimer da década de 1930 os traços do que *TAP* irá definir, como veremos à frente, como o cinismo do tipo antropológico autoritário, que pratica uma atitude cindida entre a repetição vazia de valores morais e a prática da violência justificada por meros racionalismos. Quase como adiantando exposições a serem feitas por Adorno em *TAP* sobre o cinis-

mo e a adequação ao status quo opressor, em *Eclipse da razão*, lemos:

O cinismo bem informado é apenas outro modo de conformismo. Essas pessoas abraçam voluntariamente ou se forçam a aceitar a regra do mais forte como uma norma eterna. Sua vida inteira é um esforço contínuo para suprimir e degradar a natureza, interna ou exteriormente, e para se identificarem com os seus mais poderosos substitutos: a raça, a pátria, o líder, as facções políticas e a tradição. Para eles, todas essas palavras significam a mesma coisa - a realidade irresistível que deve ser honrada e respeitada. (Horkheimer, 2002, p. 117)

Contudo, apesar de tais continuidades teóricas, a concepção horkheimiana de antropologia se modifica nas duas décadas aqui abordadas justamente porque, como já dissemos, o lugar da psicanálise no edifício teórico do Instituto se altera. Assim, para nós, por mais que haja certa continuidade de preocupações e interesses em torno de uma visão antropológica do Horkheimer dos anos 1930 e 1940 em torno da consideração de uma antropologia da época burguesa, não podemos dizer que se trata de uma mesma leitura e emprego da teoria psicanalítica, o que leva a uma outra visão de antropologia. Afinal, ao invés da psicanálise apenas retratar a transposição direta de influências socioeconômicas para o comportamento do indivíduo, como ocorria na noção de caráter nos anos 1930, a psique que constitui a base do tipo antropológico nos anos 1940 sob influência da sociedade capitalista ganha um viés cada vez mais indireto, inconsciente, conflituoso. Deixa-se, então, de dar ênfase às defesas cristalizadas do eu que compõem uma unidade de caráter, passando tal antropologia a ser concebida de modo mais flexível, plástico, tal como as movimentações pulsionais.

Construir uma antropologia pessimista no mesmo momento em que se julga o fim da noção de indivíduo faz, então, com que Horkheimer e Adorno se encontrem em uma condição paradoxal herdada de Freud, mas adaptada à historicidade do capitalismo. Afinal, não haveria como negar a concepção de pulsão de morte

em um contexto abertamente fascista ou até mesmo em uma democracia meramente formal de cunho autoritário. Questiona-se, então, como devemos procurar pela emancipação quando se é admitida a pulsão de morte estimulada por uma sociedade que induz à agressividade e destrutividade do não-idêntico em nome da sobrevivência de um indivíduo não mais individualizado?

É nesse sentido de delimitação de uma outra noção antropológica que o objeto principal de estudos de Horkheimer se modifica na passagem dos anos 1930 aos 1940. Isso pode ser observado justamente pelo interesse manifesto pela racionalidade humana. Afinal, se as ideologias burguesas são recepcionadas e reproduzidas pelos membros da sociedade inteira, contrariando a esperada consciência de classe dos proletários, a questão que Horkheimer se põe é: o que há de não-racional na cognição e pensamento humanos que leva a classe dominada a ser influenciada por uma ideologia que não condiz com sua realidade vivida? Sugerimos, portanto, que o problema da razão não está desvinculado nem da questão da recepção ideológica pela classe trabalhadora, nem da ênfase nos destinos pulsionais. O que vemos é, ao contrário, a racionalidade funcionando de forma irracional justamente porque sua gênese é pulsional, inconsciente, derivada de desvios sexuais e adaptações da libido – tal como aprendemos com Freud. É tal concepção pulsional e irracional para a qual Horkheimer irá se voltar nos anos 1940 que o levará a focar a razão como o seu objeto principal de pesquisa.

É assim que vemos a abordagem da razão em relação à materialidade do corpo em uma pesquisa interdisciplinar. Para Horkheimer e Adorno, o falseamento subjetivo é nada mais do que um reflexo do falseamento social. E nenhum sentido de emancipação individual é possível sem uma emancipação social. Ambos se voltam, então, não só ao tema de uma antropologia que se modifica juntamente com as determinações sociais, mas também à gênese de sua racionalidade que, ao organizar-se primordialmente

a partir de ideologias do que segundo experiências vividas, torna-se irracional.

### ***The Authoritarian Personality como tipo antropológico***

Produzida a partir de 1944 e publicada em 1950 sob financiamento do American Jewish Committee (AJC) de New York, *TAP* é uma obra de quase mil páginas escrita por Adorno juntamente com os pesquisadores de Berkeley Daniel J Levinson, Nevitt Sanford e Else Frenkel-Brunswik. Entre os objetivos da obra, os autores pretendem apresentar o conceito de uma nova espécie antropológica, o tipo autoritário, como uma forma de contribuir de modo prático para o combate à discriminação social e preconceito.

A questão a partir da qual a pesquisa se desenvolve aborda a possibilidade de repetição do genocídio de judeus: seria possível a ocorrência de algo similar ao que ocorreu no Terceiro Reich alemão nos EUA, isto é, em uma democracia? Certamente, os autores não encontraram muitos casos de pessoas abertamente fascistas e antissemitas, mas identificaram traços de potenciais fascistas em indivíduos que seriam suscetíveis à propaganda ideológica autoritária. Considerado mais uma atitude do que uma mera opinião, o apoio a tais ideologias pode passar de um estado latente ou velado e muitas vezes não-consciente para, em momentos específicos de crise social, uma defesa aberta e ações violentas contra minorias. Para tanto, os autores procuraram encontrar quais seriam as gratificações subjetivas na economia emocional e pulsional envolvidas na identificação com ideologias autoritárias. O preconceito seria visto, assim, enquanto expressão de uma racionalidade irracional e autoritária em confronto ou afastamento relativamente à experiência e realidade, o que leva a um problema no estabelecimento de relações sociais com o que não se apresenta como idêntico a si.

Contudo, isso não faz com que o ponto de vista de Adorno et. al. encontre a origem do etnocentrismo em fatores estritamente psíquicos. Eles partem do pressuposto segundo o qual o preconcei-

to teria uma gênese socialmente determinada. Diante disso, o que se procura saber é o que faz com que alguns indivíduos respondam de forma mais ou menos preconceituosa diante de tais conjunturas sociais. Considerando que há muitas pesquisas sobre as condições culturais para o antissemitismo produzidas pela teoria social, o que se procura em *TAP* seriam, portanto, os fatores psicológicos que tornariam o sujeito um agente mediador – como receptor e propagador – de ideologias autoritárias. Nesse sentido, *TAP* demonstra a teoria de Horkheimer e Adorno dos anos 1940 segundo a qual a realidade estaria estruturada por impasses que são, então, revelados pelos indivíduos. Existiria, portanto, uma relação íntima entre os conteúdos percebidos e vividos e as manifestações do inconsciente individual.

É seguindo tal intuição que a personalidade é definida na obra em conformidade com a noção de ideologia. Sendo um conjunto de forças que determinam a prontidão para a resposta subjetiva a estímulos, a personalidade seria um tipo de estrutura que expressaria o modo como conteúdos psíquicos organizam a conduta social humana enquanto padrões mais ou menos rígidos de interação. Assim, a personalidade, com sua organização pulsional e libidinal, é determinante para a escolha de preferências ideológicas. Nesse âmbito, o conjunto de ideologias escolhido individualmente reforçaria mecanismos de defesa cuja finalidade é manter a satisfação segundo o princípio do prazer ao evitar a percepção de contradições e conflitos – sejam internos, psíquicos, sejam externos, da realidade: “a discussão sobre o que eles *acreditam* está intimamente ligada à discussão sobre o que, mais ou menos explicitamente, eles *querem*. As necessidades de personalidade, em outras palavras, têm um lugar central no quadro geral.” (Adorno *et. al.*, 1950, p. 55)

Contudo, ao mesmo tempo, a determinação de tal padrão individual de interação social necessita adequar-se minimamente à realidade exterior. Para que o conteúdo percebido no ambiente externo esteja de acordo com as defesas pessoais, o indivíduo ten-

de, de um lado, a projetar conteúdos internos na sua percepção da realidade – tal como lemos em “Elementos de antissemitismo”, capítulo de *Dialética do Esclarecimento*. Assim, em comparação com os mecanismos de produção do sonho, as ideologias são constituídas por deslocamentos de sentido, condensações de conteúdos, simbolizações, elaborações de relações irreais, inversões de causa e efeito, naturalizações e projeções, produzindo na percepção da realidade certos conteúdos que coadunam com as necessidades da personalidade.

De outro lado, entretanto, somente tais projeções não seriam suficientes para que o padrão ideológico satisfaça tanto as necessidades pulsionais individuais quanto a adequação à realidade. Para tanto, devem ser permitidas ainda contradições entre as asunções ideológicas sustentadas individualmente:

O que o indivíduo consistentemente diz em público, o que ele diz quando ele se sente a salvo de críticas, o que ele pensa mas não diz, o que ele pensa, mas não vai admitir nem a si mesmo, o que ele está disposto a pensar ou a fazer quando vários tipos de apelos são feitos a ele - todos esses fenômenos podem ser concebidos como constituindo uma estrutura única. A estrutura pode não estar integrada, pode conter tanto contradições quanto consistências, mas está *organizada* no sentido de que suas partes constituintes estão relacionadas de maneira psicologicamente significativa. (Adorno *et. al.*, 1950, p. 5)

É importante salientarmos que a padronização ideológica é constituída de forma individual. Isso quer dizer que o sistema ideológico precisa, então, constituir-se conforme uma mistura de elementos mais ou menos díspares entre si para estar de acordo com os conflitos psíquicos vivenciados individualmente: ele “se realiza em múltiplas combinações cuja ‘coerência’ não pode ser dada de forma antecipada - uma questão que o inconsciente freudiano já havia indicado há muito tempo.” (Antunes, 2014, p. 150) Neste âmbito, o padrão ideológico pessoal aparece ainda mais intimamente relacionado com a personalidade justamente

porque tanto desejos quanto pensamentos se encontram em níveis mais ou menos conscientes, sendo conflitantes entre si.

A pesquisa de TAP procurou desvendar o máximo possível o padrão ideológico dos entrevistados em seus diversos níveis de consciência por meio de testes projetivos e perguntas indiretas: caso fosse questionado diretamente sobre preconceito, o mais preconceituoso iria negar veementemente.

Sua ideologia “oficial” está em conformidade com o que ele supõe que *tem que* pensar; suas reais ideias são uma expressão de suas necessidades pessoais mais imediatas, bem como de seus impulsos psicológicos. A ideologia “oficial” pertence à esfera objetivada e alienada do político, a “opinião real” à própria esfera do sujeito, e a contradição entre as duas expressa sua irreconciliabilidade. (Adorno *et. al.*, 1950, p. 671)

É assim que o cinismo, já antecipado por Horkheimer enquanto uma característica primordial dos sujeitos sob o capitalismo, mostra ser uma das principais características<sup>5</sup> do tipo antropológico

---

<sup>5</sup> As características da personalidade de tipo antropológico autoritário estão expostas nas variáveis da famosa Escala F, descritas como sintomas que formam uma síndrome. Eis a lista das nove características principais: 1) convencionalismo, ou seja, a rígida aderência a valores da classe média e defesa do *status quo*, forma de identificação com grupos sociais considerados fortes e dominantes (modo de criar a ilusão de que se participa do poder); 2) dessa formação de um *in-group* segue a submissão acrítica a autoridades morais idealizadas como líderes; 3) por consequência, agressão autoritária aos percebidos como mais “fracos” da sociedade (os *out-groups*), bem como a todos os símbolos e ideologias ligadas a eles, que recebem opiniões negativas, são moralmente condenáveis e para onde são direcionadas atitudes hostis e punições extra-severas; 4) anti-intracção que se desdobra em oposição a tudo o que seja subjetivo, imaginativo, introspectivo, até intelectual demais; 5) superstição e estereotipia, além de um pensamento restrito a uma forma rígida, não reflexiva e nada crítica; 6) poder e “dureza” (*toughness*) pela divisão social em categorias como os fortes e fracos, dominadores e submissos, situação em que eles próprios poderiam se identificar com os líderes e grupos mais fortes da sociedade; 7) destrutividade e cinismo provenientes da tendência do tipo autoritário em orientar-se de modo etnicamente centralizado, o que leva a uma rejeição generalizada dos que não compõem o *in-group*; 8) projeções de



autoritário. Seria justamente no confronto entre opiniões contraditórias, evidência de conteúdo irracional, que a ideologia íntima expressaria um pensamento antidemocrático movido por um desejo de segurança e fuga do desprazer, que tenderá a se converter em ação violenta em contextos radicais cruciais. Assim a violência de forma abstrata nunca é defendida pelos mais autoritários, mas ao mesmo tempo é justificada a agressividade contra um determinado grupo – desde que haja alegações morais racionalizadas para tanto. Deste modo, um desejo inconsciente de segurança leva a uma opinião íntima preconceituosa que só será aceita por si mesmo e por membros da sociedade por meio de uma racionalização, isto é, uma “desculpa” que, quando analisada, mostra-se frágil e controversa.

Dada tal racionalidade irracional, os autores de *TAP* associam o fato dos sujeitos se guiarem a partir de ideologias, que mascaram parte da realidade e experiência vivenciada, a uma superstição. É por isso que argumentos racionais não vão demover os mais preconceituosos de suas crenças políticas, econômicas, sociais e étnicas: o preconceito é uma resposta, acima de tudo, pulsional. Como diz Carone (2012, p. 15-16):

[...] é comum, por exemplo, se dizer que o preconceito é um conceito mal fundamentado ou uma representação errônea, equivocada, com base em estereótipos que podem ser combatidos e eliminados com a informação correta, com o esclarecimento, etc. Mas a sustentação dos preconceitos está na própria dinâmica psicológica e não é fácil erradicá-los com a prova de sua inverdade. Se assim fosse, seria impossível combinar racismo com o progresso da civilização e com o avanço da ciência.

O padrão ideológico pessoal do mais preconceituoso pode ser aproximado de uma ficção forjada individualmente que associa a percepção da realidade externa à defesa do status quo. É assim que Adorno descreve os estereótipos que guiam a pseudoexperiência

---

desejos, medos e fantasias na alteridade, no sentido freudiano; 9) e, por fim, preocupação exagerada em relação ao sexo.

do tipo antropológico autoritário a imagens congeladas<sup>6</sup>. Contudo, para nós é importante enfatizarmos que a assunção de estereótipos e ideologias não atua de forma coesa, tal qual a descrição da noção de caráter frommiana, mas sim segundo contradições pulsionais nunca passíveis de resolução ou síntese, sempre padecendo enquanto sintomas ou, como diria Adorno, cicatrizes da determinação social. Assim, tal antropologia pessimista, ao invés de fazer do indivíduo uma mera adaptação ao social, mostra os conflitos internos ao sujeito como resultados de contradições sociais determinantes.

Para nós, a relevância dada ao conceito de ideologia, que ampara uma noção tão central quanto a de personalidade, contraria críticas feitas à obra segundo as quais *TAP* estaria “psicologizando” categorias sociais. Ao contrário, seguindo uma noção de antropologia forjada nos anos 1940 por Horkheimer e Adorno, em *TAP* a crítica à formação e expressão da personalidade, denunciada como autoritária, constitui-se também como denúncia do modo de funcionamento da sociedade, cujo *modus operandi* na constituição da individuação humana também se dá de forma autoritária.

### **Conclusão: comparações entre *Studien* e *TAP* e a mediação da mercadoria**

É inegável a herança dos *Studien* para a formulação de *TAP*. Isso é reconhecido pelos próprios autores da obra, onde lemos:

---

<sup>6</sup> Metáfora bem sugestiva em tempos de “memes” exaustivamente compartilhados em redes sociais, muitas vezes veiculando *fake news*: “Hoje, no entanto, as imagens apenas aparecem como prontas fornecidas por centros monopolistas, com todos os emblemas de sua própria falsidade. Até agora, raramente houve um reconhecimento sério do que essas imagens significam para as pessoas, ou das consequências de sua falsidade. De qualquer forma, pode-se dizer com segurança que a diminuição do repertório objetivo de imagens é acompanhada por uma diminuição da imaginação subjetiva que cada vez mais mantém as pessoas dentro dos limites do *status quo*.” (Adorno, 2009, p. 463)

O Instituto de Pesquisas Sociais foi dedicado ao princípio da integração teórica e metodológica desde os primeiros dias na Universidade de Frankfurt e publicou vários estudos a partir desta abordagem básica. Em um volume, sobre autoridade e a família, o conceito de “personalidade autoritária” foi apresentado como um elo entre as disposições psicológicas e as tendências políticas. (*Adorno et. al.*, 1950, p. XI)

Principalmente os ensaios de Fromm e Horkheimer foram de grande importância para a formulação e desenvolvimento de *TAP* em muitos aspectos, como é reconhecido por comentadores:

O uso do estudo da psicanálise foi uma inovação significativa na pesquisa sociológica, e os modelos que desenvolveu desempenhariam um papel importante em projetos posteriores, como os *Estudos sobre Preconceito* [do qual *TAP* faz parte]. Esta série subsequente de livros teria realizado o que o *Studien über Autorität und Familie* não conseguiu. (Wheatland, 2009. P. X)

Como vimos, essa dívida passa pela explicação do autoritarismo pela perversão sadomasoquista, ênfase na procura autoritária pelo poder, divisão da sociedade em fortes e fracos, influência da família na formação do autoritário, estudo do supereu, tese do eu fraco, pesquisa empírica por tipologias, entre outros, com atenção fundamental à inauguração do próprio conceito de “personalidade autoritária”. Além disso, já sob influência da teoria horkheimiana da época, a moral apenas formal e artificial que dissolve seus valores em meras racionalizações, levando a uma duplicidade entre o comportamento moral e o socioeconômico já estava presente nos *Studien*, duplicidade tratada como cínica em *TAP*. Assim, como já dizia Horkheimer, noções como liberdade, igualdade e a soberania da justiça, “são menos consideradas como uma benção amplamente distribuída do que um título legal de poder e exploração.” (Horkheimer, 1982, p. 94).

Se as aproximações descritas acima já foram anteriormente citadas, pensemos, então, na comparação entre o conceito de caráter e personalidade. Para tanto, saibamos que a tradução

alemã de *TAP* contou com o título *Der autoritäre Charakter*, o que nos leva a pensar na associação entre ambos os termos. Por outro lado, já enfatizamos a distância entre as duas conceituações formuladas em 1930 e 1940, justamente quando levamos em conta o entendimento frommiano de caráter unitário, estável e coeso – fato que o diferencia das contradições internas dentro do padrão ideológico que segue a constituição pulsional de personalidade descrito em *TAP*. Nesse sentido, podemos notar que os traços freudianos da descrição frommiana de caráter segundo o desenvolvimento sexual e libidinal entre as fases oral, anal e genital está presente na caracterização da tipologia de 1950, mas perdeu a sua funcionalidade primordial, sendo uma característica a mais dentre outras. Contudo, diferente dos *Studien*, a psicanálise freudiana, com ênfase na sexualidade, pulsionalidade e inconsciente ganha proeminência na descrição de *TAP*. É assim que nos lembramos da definição de Adorno fornecida em *A psicanálise revisada*, para quem o caráter seria resultado de choques infligidos no indivíduo pela sociedade, cicatrizes jamais integradas em uma unidade coesa, própria de um inconsciente conflituoso em seus destinos pulsionais.

Outro lugar de ênfase é encontrado na falência da figura de autoridade paterna, ideia esta vigente em *TAP*, mas que deixa de configurar o centro da pesquisa – tal como era figurada nos *Studien*. Isso porque, nos anos 1940, Horkheimer passa a partilhar da mesma perspectiva de Adorno segundo a qual seria a mercadoria a responsável pela mediação entre indivíduo e sociedade:

Nas palavras de Adorno em 1935: “a verdadeira ‘mediação’ entre psicologia e sociedade não se situa na família, mas na mercadoria e no fetiche, o fetichismo é o verdadeiro correlato da reificação.” Em sua carta a Leo Löwenthal em 1942, Horkheimer, por sua vez, evoca este deslocamento que finalmente foi feito: [...] “Com o declínio do eu e de sua razão reflexiva, as relações humanas se aproximam de um limite onde a dominação de todas as relações pessoais pelas relações econômicas transforma-se em uma nova forma de imediatidade, a mediação universal da vida coletiva pela mercadoria.” (Genel, 2010, pp. 6-7)

A nosso ver, este deslocamento da função de mediação da (falida) família para a mercadoria é fruto de mudanças no aparato conceitual e diagnóstico histórico produzidas por membros do Instituto em sua dita primeira geração. Colocar a mercadoria no centro da formação humana influenciada pela sociedade transfere a pauta principal de pesquisa de um diagnóstico comportamental organizado segundo a influência direta de figuras sociais e instituições sobre o indivíduo para a abordagem da reificação. Isto é, para uma forma de submissão que envolve não só um diagnóstico de “mercantilização” e “industrialização” de conteúdos culturais, figuras sociais e instituições, como também a influência destes componentes sobre (pseudo)indivíduos cuja racionalidade também se encontra reificada – tornando, como disse Adorno, mais complexa a análise das reações pulsionais e da própria possibilidade de experiência. Isso indica como os autores consideraram o avanço do capitalismo que se expandiu para todos os territórios sociais, inclusive para a família, a mercantilização e objetificação de instituições sociais e relações humanas.

Em termos sociais e psicanalíticos, depositar na família o papel de mediação (mesmo que falida) na formação da individualidade era ainda, de certa forma, confiar em instâncias sociais que poderiam levar à realização humana autônoma e emancipada, com ênfase no domínio topológico da metapsicologia freudiana, principalmente na formação do supereu. Já a substituição da família pela mercadoria leva não somente a uma análise definitiva da falência da autoridade familiar, mas também à ênfase em aspectos mais quantitativos do domínio social e da psique, onde categorias como o valor imperam, em que a plasticidade da substituição e da troca prevalece, levando a uma importância menor de elementos ditos “estáticos” da psique e relevância maior da economia pulsional na metapsicologia, além de repensar a possibilidade de emancipação.

Em *TAP*, o horizonte de tal modificação teórica voltada à mercadoria se torna menos nítido, mas não inoperante. Isso porque o

escopo da obra não trata de teoria social – apesar dos autores enfatizarem a importância primeira de fatores socioeconômicos na formação da personalidade autoritária. Sendo o quadro investigativo principalmente aquele de uma psicologia social sob forte influência da psicanálise, a família ainda aparece como peça chave na descrição da formação dos indivíduos analisados nas entrevistas. A questão é como esta intervenção familiar é interpretada. Nesse contexto, lemos a posição da influência familiar como somente reprodutora de um *modus operandi* mercadológico, seja na importância dada aos valores capitalistas – como prestígio, escalonamento social, reificação e objetificação de pessoas enquanto meios de acúmulo econômico e de prestígio –, seja de modo a compreender a alteridade enquanto um mero objeto pulsional passível de substituição e manipulação – tal como vemos em *Dialética do Esclarecimento* (Cf. Costa, 2016). Disso se segue que a mediação pela mercadoria reforça a teoria da falência da autoridade familiar, uma vez que isso não significa exatamente a extinção de sua figura, mas nos lembra de que não há posicionamento de autoridade produzido sem a influência de outras esferas sociais que não a familiar. Ou seja, a autoridade familiar não se efetiva enquanto elemento constituinte da dialética histórico-social, tornando-se apenas um meio de afirmação da esfera econômica capitalista.

A figura patriarcal seria, então, nada mais do que um símbolo da reificação ao transferir para a ordem familiar a organização mercadológica capitalista que impera em aspectos mais amplos da sociedade. Tal visão, inclusive, pode ser lida retroativamente nos *Studien*, como uma forma de articulação entre ambas as teorias – a da falência da autoridade familiar e a mediação mercantil entre indivíduo e sociedade. Em *Autoridade e a família* lemos:

Mas outra característica aparentemente natural do pai opera da mesma maneira. Ele é mestre da casa porque ganha ou, pelo menos, possui o dinheiro [...], que é poder na forma de substância, e determina como ele deve ser gasto, faz esposa, filhos e filhas, mesmo em tempos modernos,

“seus”, coloca suas vidas em grande medida em suas mãos e obriga-os a se submeterem às suas ordens e orientação. (Horkheimer, 1982, p. 105)

Ou ainda: “o chefe da família é imediatamente visto em sua realização social produtiva [...], sua posição é adquirida essencialmente pelo dinheiro que ele traz.” (Horkheimer, 1982, p. 108)

É nesse sentido que *TAP* é lido por nós na encruzilhada de caminhos que vêm da influência de pesquisas empíricas anteriores, incluindo certa parte da teoria de Fromm nos anos 1930, além de também levar, por outro lado, a uma noção renovada de personalidade, desta vez influenciada por outra leitura freudiana, principalmente aquela de Adorno. É assim que o viés profundamente crítico de *TAP* é formulado, realizando de modo mais completo do que antes aspirações de relação entre psicanálise e teoria social, almejadas desde que Horkheimer se tornara diretor do Instituto.

## Referências

ADORNO, Theodor W. El psicoanálisis revisado. In: ADORNO, Theodor W. *Escritos Sociológicos I. Obra Completa* 8. Madri: Akal, 2004.

ADORNO, Theodor W. The problem of a new type of human being. In: *Current of Music: Elements of a radio theory*. Oxford: Polity Press, 2009. p. 461-468.

ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, R. Nevitt. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper & Row, 1950. Disponível em:

<<http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupId=6490>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ANTUNES, Deborah. C. *Por um conhecimento sincero do mundo falso: teoria crítica, pesquisa social empírica e The Authoritarian Personality*. Jundáí: Paco, 2014.

CARONE, Iray. A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. *Revista Sociologia em Rede*. Goiás, v. 2, n. 2, 2012, p. 14-21.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. A “sociologização” da psicanálise em *Dialética do Esclarecimento*: sobre Sohn-Rethel e a economia pulsional freudiana. *Dois Pontos*. Curitiba; São Carlos, v. 13, n. 3, 2016, p. 251-263.

DEWS, Peter. *The limits of disenchantment: essays on contemporary European Philosophy*. New York: Verso, 1995.

FREITAS, Bruno C. R. *Psicanálise e crítica social em Adorno*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo. 230f. São Paulo, 2016.

FROMM, Erich. Psychoanalytic Characterology and its relevance for social psychology. In: FROMM, Erich. *The crisis of psychoanalysis*. Greenwich: Fawcett, 1971. p. 164-187.

FROMM, Erich. *Escape from Freedom*. New York: Owl Books, 1994.

GENEL, Katia. Escola de Frankfurt e freudo-marxismo: sobre a pluralidade das articulações entre psicanálise e teoria da sociedade. *Dissonância*. Campinas, v. 1, n. 1, jun. 2017, p. 263-288.

GENEL, Katia. L’approche sociopsychologique de Horkheimer, entre Fromm et Adorno. *Astérion*. v. 7, ago. 2010. Disponível em: <<http://asterion.revues.org/1611>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

GENEL, Katia. Psychanalyse et théorie sociale: la psychanalyse est-elle facteur d’émancipation? *Contretemps – Revue de Critique Communiste*. Théorie. 27 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.contretemps.eu/psychanalyse-et-theorie-sociale-la-psychanalyse-est-elle-facteur-demancipation/>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

HORKHEIMER, Max. Authority and the Family. In: HORKHEIMER, Max. *Critical Theory – Selected Essays*. New York: Continuum, 1982. p. 47-128.



HORKHEIMER, Max. Reason and self-preservation. In: HONNETH, Axel. (Ed.). *From Max Horkheimer*. London: Routledge, 1986.

HORKHEIMER, Max. Egoism and freedom movements: on the Anthropology of the Bourgeois Era. In: HORKHEIMER, Max. *Between Philosophy and Social Science: Selected Early Writing Studies in Contemporary German Social Thought*. Cambridge: MIT, 1993a. p. 49-110.

HORKHEIMER, Max. History and Psychology. In: HORKHEIMER, Max. *Between Philosophy and Social Science: Selected Early Writing Studies in Contemporary German Social Thought*. Cambridge: MIT, 1993b. p. 111-128.

HORKHEIMER, Max. Remarks on Philosophical Anthropology. In: HORKHEIMER, Max. *Between Philosophy and Social Science: Selected Early Writing Studies in Contemporary German Social Thought*. Cambridge: MIT, 1993c. p. 151-176.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

HORKHEIMER, Max et. al. *Studien über Autorität und Familie: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*. Lüneburg: Klampen, 1987.

JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

WHEATLAND, Thomas. *Frankfurt School in Exile*. Minneapolis: University of Minnesota, 2009.

Artigo recebido em 8/12/2017, aprovado em 24/02/2018